

UM POUCO DA HISTÓRIA DO CONCEITO DE REGIÃO

META

Apresentar o conceito de região com ênfase nas características mais marcantes da historiografia presentes na construção deste conceito.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
compreender a importância da historiografia regional para o entendimento da base conceitual de região.

PRÉ-REQUISITOS

Ter cursado as disciplinas História do Pensamento Geográfico e Organização do Espaço Mundial.



Na foto acima, Fábio Guimarães, um dos responsáveis pela divisão regional do Brasil.
(Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br>)

INTRODUÇÃO

Caro(a) aluno(a),

A esta altura do campeonato, mesmo tendo estudado apenas uma aula que tratasse desta questão, você já deve saber que o conceito de região sempre esteve na pauta do dia da Ciência Geográfica, ainda quando ela era somente um ramo de estudo da Filosofia na Antiguidade Grega. Assim como nos estudos sistemáticos, essa terminologia sempre esteve presente na linguagem do dia a dia do homem comum, portanto, torna-se fundamental entendermos um pouco de sua história

Na aula anterior, você teve a oportunidade de revisar as características mais marcantes de cada corrente do pensamento geográfico e acreditamos que foi possível aguçar sua curiosidade para descobrir que em todas elas o conceito de região sempre veio à tona. E você conseguiu entender por quê? Deu para perceber por que a Geografia se ocupou (e ainda se ocupa) por tanto tempo discutindo o conceito de região?

Vamos começar lembrando algumas situações nem sempre clareadas com os estudos acadêmicos. Num determinado encontro organizado por professores e alunos dos Cursos de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, um palestrante tratava da origem do termo Geografia fora de seus padrões conceituais e etimológicos, dizendo-nos que a originalidade desse termo está ligada diretamente ao verbo geografiar, que significa mapear para dominar, comandar etc., ou seja, a sua origem está ligada diretamente aos propósitos imperialistas e militares. Diante disso, você já pode estar imaginando como enquadrar o estudo de região na Ciência Geográfica na atualidade. Então, vamos verificar como isso é possível.

Entre os estudiosos que tratam da historiografia regional não existe consenso, alguns acreditam que, ao respaldarem o conceito de região, estariam aderindo a toda a ação imperialista e militar estabelecida sobre o mundo em todos os momentos da história da humanidade. Outros reconhecem, não somente a base conceitual de região, mas também identificam no espaço organizado a figura da região.

Corrêa (1987) aparece na Geografia Brasileira como um dos defensores dessa base conceitual. Por isso, estamos usando seus estudos para enriquecer este nosso conteúdo. É ele quem afirma que o conceito de região está relacionado à noção fundamental de diferenciação de área, ou seja, está ligado à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. Esse autor também assegura que a utilização do termo região entre os geógrafos no mundo todo não se faz de forma harmoniosa, devido inclusive a sua complexidade. Há diferentes formas de pensar o conceito, gerando, assim, tantos outros conceitos.

Ao estudar as correntes do pensamento geográfico, foi possível per-

ceber que os diferentes pontos de vista estabeleceram bases conceituais distintas e isso é muito bom para os estudos das Ciências Humanas e Sociais. Quanto mais discutimos, mais amadurecemos o conhecimento, e a ciência em pauta só tem a ganhar com esse fato.

Nesta aula, vamos tentar resgatar os conceitos de região de forma bem didática, com a história estabelecida em cada momento da Ciência Geográfica, para que você, caro(a) aluno(a), possa compreendê-los melhor. Assim, não podemos perder de vista, mesmo com as discordâncias existentes no meio acadêmico e geográfico, que o conceito de região foi construído intelectualmente, com as ferramentas científicas disponíveis. Então, partamos para o estudo dessa deliciosa historiografia!

O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONCEITO DE REGIÃO

Ao iniciarmos esta aula, chamamos a sua atenção para o caráter eminentemente teórico desta disciplina. Às vezes você pode até achar cansativo ler todo esse conteúdo, todavia, quando estiver atuando profissionalmente, tratando das questões geográficas mais relevantes, vai entender a importância de passar por esse processo. É cansativo? Às vezes sim, mas vale a pena.

Tentaremos a partir de agora fazer uma associação das ideias que estão postas na base conceitual de região com a história da própria ciência geográfica e com as correntes do pensamento geográfico. Segundo um dos grandes mestres da Geografia Brasileira, Ruy Moreira, “o termo região vem de regere, quer dizer reger, dirigir, governar, expressão de claro matiz militar e estatal” (MOREIRA, 1993: 7), reportando-nos ao que está dito na introdução desta aula, ou seja, ao caráter imperialista imposto à Geografia, principalmente no findar do século XIX, com o propósito de, direta ou indiretamente, possibilitar a constituição de um novo ordenamento político-militar, econômico e espacial em escala mundial.

Quando estudamos a corrente determinista na Geografia, pudemos perceber que o que foi estabelecido do ponto de vista científico estava relacionado diretamente à expansão e domínio territoriais do Estado-Nação, bem como aos recursos contidos nas áreas que iam sendo apropriadas ou invadidas pelas grandes nações europeias. Isso se deu na fase de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e imperialista.

Seus preceitos mais fundamentais, como já verificamos, consagravam o estudo da relação homem-meio com base no método positivista, que considera as condições naturais, especialmente as climáticas, como determinantes no comportamento humano. Historicamente, isso ocorreu no final do século XIX.

Para a Geografia Determinista ou Tradicional, defendida por Ratzel, o clima seria a “alma da natureza” e seus elementos (temperatura, pressão

e umidade), por sua vez, em seu cruzamento com os acidentes geográficos postos na superfície terrestre, comporiam a região. Nessa concepção, o clima passa a ser o elemento definidor da região dentro do caráter de similaridades ou de homogeneidades e, nesse momento, fica evidente o conceito de região natural. Os deterministas pensavam o homem como um elemento adaptativo às condições impostas pela natureza, fazendo com que este a percebesse como estímulo ou freio para o próprio desenvolvimento.

Esse pensamento nos permite acreditar que o Estado Alemão, através de seus estudiosos, justificaria o expansionismo germânico, entendido como fundamental à ampliação de seu espaço vital, equilibrando as relações homem-recursos. Além disso, fica clara a incorporação das teorias naturalistas aceitas no discurso geográfico daquele momento histórico.

Para Alexander Von Humboldt, o homem adaptar-se-ia às condições naturais reinantes nas regiões que teriam caráter particular e fisionomia própria derivados da constituição do solo, diferenças de clima e elevação sobre o nível do mar. A região seria então identificável segundo os caracteres relacionados como próprios e constantes, uma vez que, de acordo com Ratzel, tudo que se refere à natureza, ao ambiente é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem.

Será que dá para perceber o momento histórico de florescimento dessas ideias? Será que na atualidade existe espaço para esse tipo de pensamento? Ainda há estudioso ou pesquisador agindo ou pensando dessa forma na Geografia contemporânea? Como se aplicaria teoricamente nas condições de vida do homem contemporâneo e cada vez mais urbano essa teoria?

O conceito de região natural foi introduzido no Brasil, via influência francesa, por Delgado de Carvalho em 1913. É nessa ótica que Fábio Guimarães admitia a sua utilização no país, visando a uma divisão de caráter prático e duradouro que possibilitasse a comparação de dados estatísticos ao longo do tempo. Foi sob essa influência que Guimarães instituiu, em seus estudos, as Regiões Naturais: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Essas unidades regionais, por sua vez, foram subdivididas de acordo com as necessidades de cada estudioso da temática, e as regiões fisiográficas foram priorizadas nestas subdivisões

Portanto, na visão determinista, fica evidente que o discurso era usado não só para esconder os interesses do capital no entendimento da região e, conseqüentemente, de seus recursos naturais, mas também para esconder a expansão e dominação econômico-territorial e ideológica deste capital.

Na via possibilista, Corrêa (1987) afirma que a compreensão é distinta quando a questão é a região, que deixa de ser natural e passa a ser região geográfica, onde o cerne da questão deixa de ser a natureza e seus elementos e centra-se no homem. Então, a região humana ou geográfica passa a ser vista na forma da geografia regional que se torna seu próprio objeto.

Na concepção posta e de acordo com o que você já leu sobre o

positivismo, posto em evidência no século XVIII com Auguste Comte (1798-1857), com o discurso valorizando a relação homem-meio natural e como forma de opor-se ao determinismo ambiental, imputado na Alemanha através de RATZEL, conforme o que você estudou na aula anterior, o possibilismo surgiu na França do século XIX, onde também surgiu o positivismo.

A fundamentação teórica em pauta assegurava que o homem, com o seu desenvolvimento técnico e instrumental, tornara-se um ser ativo, capaz de se adaptar ou de dar novas configurações ao chamado “meio natural”, além de poder suplantá-las suas condições inóspitas ao utilizar as condições e possibilidade existentes no seu próprio meio. Por isso, Paul Vidal de La Blache afirma que foi por meio do trabalho humano, dimensionado à modificação do meio, que algumas plantas, sobretudo as que servem de alimentos, tornaram-se dominantes em várias áreas, pois, ao eliminar suas concorrentes naturais na região, o homem colaborou e colabora para a predominância e destaque delas.

Por conseguinte, a teoria francesa, além de se contrapor ao determinismo alemão, fortaleceu um conceito de região como uma unidade singular constituída harmonicamente pela coexistência de seres vivos diversos, conferindo-lhe uma característica inerente e pretensamente distinguível pelo cientista.

E aí? Está conseguindo entender essa correlação conceito de região x correntes do pensamento geográfico? Talvez seja mais difícil aceitá-la do que compreendê-la, não é mesmo? Considere o que foi dito no início desta aula: considere o momento histórico em que esse pensamento foi construído e concebido como verdade científica.

Mais um conceito para região fica estabelecido a partir do descontentamento dos estudiosos com o que foi posto pelos alemães e pelos franceses (determinismo e possibilismo), dessa vez colocando em seu prisma interpretativo a diferenciação de áreas que redundam da apreensão intelectual da multiplicidade de fenômenos heterogêneos agrupados numa porção da superfície terrestre. A partir de então, o Método Regional passa a ser a concepção vigente.

Carl Ritter, na primeira metade do século XIX, influenciado pelas ideias de Varenus (século XVII) e por Kant (século XVIII), foi o grande representante dessa forma de se conceber a região e a própria Geografia. Mas, foi apenas a partir dos anos 1940 que esse conceito começou a ganhar expressividade, principalmente, nos Estados Unidos, onde o geógrafo Hartshorne passa ser o grande divulgador e estudioso dessa nova corrente. Ele acreditava que a partir desse método geográfico seria constituída a integração entre fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre, sedimentando, inclusive diante das demais ciências, a Geografia como uma ciência de síntese.

Diante da realidade vivenciada pela sociedade estadunidense e também pela sociedade europeia (saída de uma guerra e vivendo outra), essa corrente não tardou a expandir-se internacionalmente, por haver um claro interesse econômico a lhe servir de estímulo. Interesse este que remonta à expansão mercantilista (séculos XVI e XVII), defendida pelas grandes corporações e aparelhos estatais. Hartshorne é catedrático ao afirmar que “o objeto da geografia regional é unicamente o caráter variável da superfície da Terra – uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais, em qualquer nível da divisão, são como as partes temporais da história, únicas em suas características” (CORRÊA, 1987).

Percebeu como existe uma objetividade na análise dessa concepção? O que subjaz essa objetividade? Lembra-se que em algum momento da aula anterior falamos do método positivista? Mesmo com as discordâncias existentes na forma de conceber a região, todas as correntes até aqui se valem desse método, tido como o grande sistematizador de ideias científicas e acadêmicas.

Mas foi com a Nova Geografia que o positivismo lógico passa a ser o método utilizado para mensurar o fato geográfico e dimensionar a região, lançando mão de elementos que irão constituir a base conceitual da região. Também chamada de Quantitativa ou Teorética, essa corrente do pensamento geográfico surgiu nas décadas de 1960 e 1970, fundamentando-se nesse positivismo lógico, embasado em uma objetividade total, negadora do papel da subjetividade do cientista. Chegava a hora de o pesquisador ou cientista afastar-se de seu objeto de estudo e por em prática a frieza propalada pelas ciências exatas.

Continuamos alertando-o(a) para o momento histórico e para a gênese da questão. Quando surgiu? Como surgiu? Onde surgiu? Que tipos de interesses estavam subjacentes a esses postulados? Reflita um pouco sobre essas questões.

Para Roberto Lobato Corrêa (1987), esse método de análise (estatístico-matemático), com destacada base de constatação empírica, apesar de muito influenciador na Geografia, não chegou a ser aplicado significativamente à região, por serem criadas algumas divisões regionais pautadas nesta concepção lógico-positivista que estariam expostas sob dois enfoques. No primeiro, as regiões se apresentariam como simples e complexas e, no segundo, como homogêneas e funcionais. Vejamos o que diferencia uma da outra:

- a) SIMPLES – a sua caracterização encontra-se pautada efetivamente em uma variante analítica, ou seja, em apenas um único dado de constatação, que pode ser o nível de renda da população, os tipos de solo, a criação de bovinos etc.
- b) COMPLEXAS – tem seu estudo sustentado em um conjunto de elementos ou variantes à análise, geralmente reduzidos a alguns poucos para que o estudo se realizasse de forma mais efetiva, com base em técnicas estatísti-

cas, na análise fatorial. Um exemplo disso poderia ser a divisão de um país em múltiplas regiões econômicas que, por extensão, seriam classificadas a partir da escolha de uma série de variantes, como densidade demográfica, urbanização, produção agropecuária etc.

c) **HOMOGÊNEAS** – esse caso se caracteriza pelo fato de elas serem consideradas um agregado de áreas onde a descrição das características ocorre pela sua invariabilidade, ou imutabilidade, verificada na dimensão espaço-tempo. Não havendo, pois, preocupação com o movimento-dinâmica da realidade, por serem definidas através de características estatísticas, como densidade da população, tipo de clima, produção agropecuária etc.

d) **FUNCIONAIS** – o movimento ou o fluxo de pessoas, mercadorias, informações, decisões etc. é o que caracteriza estas regiões, por isso elas são caracterizadas como regiões de tráfego rodoviário, de migrações diárias para o trabalho, da influência comercial das cidades etc.

Para finalizar o conteúdo proposto para esta aula, vamos estudar a região no contexto da Geografia Crítica. Esta concepção surge no meio geográfico e se fortalece na década de 1970, mas tem suas origens históricas no final do século XIX. Seus precursores na Geografia foram Élisée Réclus e Piotr Kropotkin. Ela é pautada no método do materialismo histórico-dialético, na busca pela compreensão da sociedade em seu movimento histórico e a partir de uma visão crítica sobre ela, já que se presenciava fortemente, no meio geográfico, uma adequação e uma reformulação da “capa” e da roupagem teórica sempre a serviço das classes hegemônicas.

A Geografia Crítica surge em contraposição à corrente teórica que fundamentava a Geografia Quantitativa e procura fazer uma reinterpretação das teses da Nova Geografia, concebendo no desvelar das contradições postas nas lutas de classes, no confronto capital x trabalho, a possibilidade de transformação social. Pretendendo, por esta via, entender o movimento contraditório da sociedade capitalista para transformá-la como um todo e assim, exerceria a Geografia um importante papel nessa transformação.

Nesta concepção, a região passa a ser interpretada não como uma parte que, ao ser relacionado com outras, assumiria sua identidade e que, pela somatória, por suposto, chegaria ao todo. Passa a ser compreendida como uma manifestação diferenciada, que só pode ser desenleada na relação dialética em que o “todo é a parte e a parte é o todo” (FERNANDES, 1991). A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo, deste modo, estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente.

Segundo alguns estudiosos dessa concepção, é no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada na

progressiva mundialização da economia a partir do século XV. Sob a égide do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais nítidos. São eles, na visão de Corrêa (1987):

- 1) A divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali.
- 2) O desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem como se realizará a produção.
- 3) A ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;
- 4) A ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital.

Por tudo isso, é que a região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Esses aspectos vão se traduzir tanto em uma paisagem como em uma problemática, ambas específicas de cada região. Problemática esta, cujo pano de fundo é a natureza específica dos embates, que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes que compõem a região.

Mais complicações... Não é mesmo? Mas continuamos a lembrá-lo(a) que uma leitura paralela será muito produtiva. Leia um pouco mais sobre a Geografia Nova (Por Uma Geografia Nova, de Milton Santos, São Paulo: EDUSP, 6ª. Edição, 2004). Veja bem, não é a Nova Geografia, pois esta você já estudou anteriormente. Já leu algum texto sobre Karl Marx ou sobre o marxismo? Se não leu, procure algum para ler, pois a leitura deste conteúdo facilitará a sua compreensão sobre o que está posto.

CONCLUSÃO

Depois de estudarmos este conteúdo, é possível perceber a conotação político-ideológica na construção da base conceitual da região, e é por isso que esse conceito tem sido largamente empregado para fins de ação e controle, principalmente, por parte do Estado e do poder público constituído.

Mais precisamente no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando à ação e ao controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante.

Segundo Bezzi (2004: 18), a ciência, como processo que é, vive da renovação de seus paradigmas, de suas teorias, de seus conceitos, enfim,

de suas “verdades”. É essa permanente crise da ciência que se constitui no verdadeiro motor de sua constante evolução, pois, na tentativa de superá-la, buscam-se novos horizontes com a finalidade de fornecer respostas adequadas às novas necessidades que se apresentam.

Por esse motivo, podemos entender a complexidade teórico-conceitual da região, que fica maior à medida que a preocupação com esse conceito e seus diferentes métodos de investigação vai além do campo de estudo da Geografia. É salutar, reconhecemos, mas o nível de complexidade acentua-se cada vez mais.

Estudar a base conceitual da região ainda é uma atividade importante para a Ciência Geográfica. Os elementos postos nessas duas aulas apresentam características bem interessantes para esse fim.

Becker & EGLER (1994: 14) salientam o seguinte: “O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições e impasses do mundo contemporâneo”.

RESUMO

Estudar as bases históricas estabelecidas no conceito de região, inclusive na Geografia Contemporânea, é de fundamental importância para a formação do futuro geógrafo. Na atualidade, os estudos desenvolvidos pelos programas de pós-graduação em nosso país reforçam essa importância, desenvolvendo “estudos de caso” ao eleger uma determinada porção do espaço para aplicação de bases teóricas experimentais. Perceba que, em cada um dos momentos históricos mostrados e estudados, aparece um conceito de região e junto a ele elementos que foram constitutivos de uma determinada sociedade ou de um determinado grupo de estudiosos. Cada concepção tem uma forma diferenciada de ver e estudar a região e a realidade vivida.

Você estudou a região, estabelecida conceitualmente, nas seguintes concepções: determinista, possibilista, método regional, nova geografia e geografia crítica. Este estudo deve ter gerado possibilidades múltiplas para distinguir cada conceito, considerando as características de cada momento histórico.





ATIVIDADES

A leitura deste artigo “Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade”, de Júlio César RIBEIRO e Marcelino Andrade GONÇALVES, publicado na Revista Terra Livre, Vol. 17, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, intitulada Paradigmas da Geografia, Parte II, São Paulo, 1986, indicado na aula anterior, continua sendo o suporte para entendimento de tudo isso que está posto. Portanto, após o fichamento, faça um levantamento dos termos pouco compreendidos e crie um vocabulário próprio, buscando o significado de cada um deles, pois isso facilitará seus próximos estudos regionais.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Estudar... Estudar... Estudar... Esse é o lema de quem quer chegar a algum lugar na vida. Sempre que nos debruçarmos sobre os livros, devemos ter em mente a importância desse ato. Muita coisa pode mudar na sua vida. Com certeza, a forma de ver o mundo e de encarar a vida jamais será a mesma.

Em se tratando da Geografia, isso parece muito mais possível, pois você tem a oportunidade única de lidar com temáticas e conteúdos que, naturalmente, alargam a visão e a escala de visibilidade.

Tente conhecer também um pouco sobre a obra e as ideias de Milton Santos, o maior geógrafo brasileiro, que soube tão bem interpretar os fatos postos na Ciência Geográfica no Brasil e no Mundo. Ele foi um dos maiores teóricos da Geografia Contemporânea. Há um vídeo-documentário intitulado “Encontro com Milton Santos”, que trata de forma bem real do seu legado na Ciência Geográfica. O documentário apresenta depoimentos do geógrafo sobre acontecimentos da contemporaneidade.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, faremos um estudo sobre a Organização Espacial a partir da proposta de Roberto Lobato Corrêa e dos demais adeptos da região e dos estudos regionais no mundo e no Brasil.

AUTOAVALIAÇÃO

Será que consegui entender o conteúdo que foi desenvolvido nesta aula? Que conclusões posso tirar de se conteúdo? Está entendida a importância conceitual da região e de sua aplicabilidade na realidade mais próxima? Como vejo os distintos momentos no processo constitutivo dos estudos regionais? Acrescentou alguma coisa na minha vida acadêmica?



REFERÊNCIAS

- BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. **Brasil – uma nova potência regional na economia do mundo**, 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (Re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria (RS): Editora da UFSM, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 2ª. Edição, São Paulo: Editora Ática, 1987.
- FERNANDES, B.M. **O todo é a parte e a parte é o todo**, São Paulo: Revista de Geografia, 1991.
- RIBEIRO, Júlio César; GONÇALVES, Marcelino Andrade. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade (in: **Revista Terra Livre**, Vol. 17, AGB), São Paulo: AGB, 1986.